NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Trabuco na Fazenda: a esfinge de Lula entre o PT e a euforia do mercado?

Luiz Carlos Trabuco Cappi foi uma esfinge quando se tratou de dizer se trocaria o Conselho de Administração do Bradesco pelo Ministério da Fazenda. Suas ideias, entretanto, estavam à vista de quem lê os artigos que escreve regularmente para O Estado de S. Paulo. Deles se pode extrair uma orientação bastante previsível para a economia. O banqueiro defende disciplina fiscal, considera o custo do dinheiro um obstáculo ao crescimento e vê na educação uma condição para elevar a produtividade. São pontos de convergência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e razões para desconfiar da duração de sua lua de mel com a Faria Lima.

Na primeira conversa, fora da agenda oficial, Lula gostou especialmente do que ouviu sobre os juros. Na avaliação de Trabuco, estão acima do necessário e comprometem decisões de investimento que o país precisa destravar. Depois, o presidente pediu ao ex-ministro Fernando Haddad que conversasse com o banqueiro, para convidá-lo; Trabuco voltou a Brasília nessa quinta-feira para um encontro no Alvorada e aceitou o convite. Até o anúncio oficial, no começo da noite, sua indicação era um segredo de Polichinelo (Pulcinella), personagem burlesco da comédia italiana.

A entrega da Fazenda a Trabuco sinaliza que o presidente está disposto a dar mais peso à austeridade fiscal no quarto mandato. A perplexidade de parte do PT com o convite teve como contrapartida a euforia dos operadores financeiros. Perto do meio-dia, a Bolsa subia 3,81%, e o dólar recuava 1,45%, para R$ 5,73. No fechamento, a taxa do contrato de juros para janeiro de 2035 havia caído de 15,08% para 14,80%. A prévia da inflação de novembro, de 0,22%, abaixo do esperado, também favoreceu o movimento.

A reação do mercado é uma aposta de que Lula dará a Trabuco autoridade para mexer nas contas públicas. O preço dos ativos mudou em horas. A negociação sobre quem vai pagar a conta do ajuste levará meses. Em artigo publicado em outubro, Trabuco resumiu sua visão numa frase: "Sem disciplina fiscal, não há ambição que se sustente". Ao escrever, em novembro, sobre a janela de oportunidade aberta pelo capital político acumulado na eleição, o banqueiro aventou o que se pode fazer com o mandato que sai das urnas. Em outro texto, sobre a Previdência, valorizou o gradualismo e a discussão transparente de mudanças com efeitos duradouros. Será um ministro disposto a cobrar consistência das contas e a negociar o ritmo das reformas.

A convergência com Lula passa pelo propósito de baixar os juros para ampliar o investimento e aliviar o crédito de quem produz e de quem consome. Para Trabuco, o custo do capital é parte do problema de competitividade do país. Sua atuação social também oferece uma pista sobre as prioridades que levaria ao governo. Ele dirige a Fundação Bradesco, que oferece educação gratuita a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

> A REAÇÃO DO MERCADO É UMA APOSTA DE QUE LULA DARÁ A TRABUCO AUTORIDADE PARA MEXER NAS CONTAS PÚBLICAS. O PREÇO DOS ATIVOS MUDOU EM HORAS

Fogo cruzado

Sua experiência de vida ajuda a entender por que um banqueiro pode defender rigor nas contas e, ao mesmo tempo, atribuir à educação um papel central na estratégia de crescimento. Filho de um motorista e de uma empregada doméstica, começou a trabalhar como menor aprendiz numa fábrica de tecidos aos 14 anos e entrou no Bradesco aos 17 anos, como escriturário. É formado em filosofia pela Universidade de São Paulo, pós-graduado em psicologia social na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e fez toda a carreira no banco.

O fogo amigo da ala mais à esquerda do PT era previsível. Mas alguns dirigentes chegaram a mobilizar empresários para persuadir Trabuco a aceitar a missão. Uma revisão de despesas obrigatórias mobilizará ministros, bancadas e setores da base. Se Lula delegar à Fazenda o anúncio das medidas e deixar o ministro sozinho para defendê-las, a experiência de Joaquim Levy no segundo governo Dilma voltará à memória.

Também é previsível que a lua de mel com a Faria Lima não dure para sempre. O mercado comemora a perspectiva de contenção das despesas, mas a afinidade com Trabuco será posta à prova quando se discutir a composição do ajuste. Se ele der prioridade à educação, preservar políticas de inclusão e buscar parte da economia na revisão de benefícios tributários, encontrará resistência entre setores que hoje celebram. E, se insistir em que os juros reais impõem um custo excessivo ao investimento, voltará a uma divergência que a euforia com seu nome deixou em segundo plano.

A maior dificuldade de Trabuco será sustentar essa combinação quando as cobranças vierem dos dois lados. O PT quererá saber quais compromissos de campanha cabem no Orçamento. A Faria Lima cobrará resultados fiscais no ritmo que já começou a embutir nos preços. Lula terá de decidir quais despesas proteger, quais privilégios enfrentar e quanto do seu capital político empregará para aprovar as medidas. As ideias do banqueiro estão publicadas. É preciso saber quanto delas Lula está disposto a bancar.

PODER

Ministra relata ataques e falta de apoio de colegas

Magistrada do TSE, Estela Aranha diz ter sido alvo de ofensas misóginas e ameaças de morte durante as eleições, e critica a falta de respaldo de integrantes da Corte

» RAPHAELA PEIXOTO

Luiz Roberto/TSE



Estela: defesa de mais mulheres em tribunais é "da boca para fora"

A ministra Estela Aranha, única mulher a integrar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), criticou ontem a falta de apoio institucional diante dos ataques sexistas que sofreu durante as eleições presidenciais. Em sessão plenária, ela afirmou que o discurso em prol da presença feminina nos tribunais superiores não corresponde à realidade e classificou essa defesa como algo feito "da boca para fora". Segundo a magistrada, mesmo após receber mensagens misóginas, ameaças e ofensas de cunho sexual, não houve investigação dos episódios nem manifestações de solidariedade da maioria dos colegas.

O desabafo ocorreu durante a análise de um recurso apresentado por uma vereadora de Cassilândia (MS). O processo envolve acusações de violência política de gênero contra o presidente da Câmara Municipal, Arthur Barbosa Filho (União-MT), absolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado.

Durante a apresentação do voto, Estela abriu divergência e afirmou que, apesar de identificar machismo na situação analisada, não considerava que o episódio configurasse o crime de violência política contra a mulher. Na sequência, aproveitou a discussão para relatar episódios que, na avaliação dela, caracterizam esse tipo de violência.

A magistrada contou que recebeu centenas de mensagens nas redes sociais com ataques misóginos, ofensas sexuais, ameaças e comentários sobre sua vida pessoal. Diante da quantidade e da gravidade das manifestações, disse ter solicitado apoio institucional ao tribunal, mas não houve investigação dos casos nem demonstrações de solidariedade por parte dos colegas.

"Quando eu recebi centenas de falas como essa, pedi apoio institucional e não tive. Acho que o tribunal deveria apurar esse tipo de violência contra a mulher, e não tivemos apuração institucional, sequer a solidariedade dos colegas ministros", frisou.

Estela destacou que houve uma exceção entre os integrantes da Corte: o ex-ministro Antônio Carlos, que, segundo ela, enviou uma mensagem oferecendo apoio. Ela contou que recebeu assistência de segurança depois de sofrer ameaças de morte, assim como outros ministros do tribunal. No entanto, ressaltou que esse atendimento não representou uma resposta institucional aos ataques relacionados ao gênero.

Ao abordar a presença feminina nos tribunais superiores, Estela questionou a distância entre o discurso público de defesa da participação das mulheres e a falta de medidas concretas quando elas são vítimas de violência. Para a magistrada, a ausência de posicionamento institucional diante dos ataques demonstra que a defesa da igualdade ainda não se reflete na prática.

"Estamos tendo muitas discussões sobre a necessidade de ter mulheres em tribunais superiores, e sempre digo que a sociedade faz isso como pressão, mas não quer que tenham mulheres em tribunais superiores de fato, porque de modo algum esse tipo de conduta foi censurada institucionalmente", frisou.

Na sequência, voltou a criticar a falta de apoio dos colegas. "Eu acredito que é da boca para fora que se fala que querem mulheres em tribunais superiores e participação da mulher, porque, quando a gente se depara com situações concretas ao nosso lado, com colegas, absolutamente ninguém se importa", reprovou.

Ante o desabafo, o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, disse que não tinha conhecimento dos ataques relatados por Estela. Ele indagou se a ministra havia formalizado as denúncias à Presidência da Corte e afirmou que não poderia prestar solidariedade sobre situações que desconhecia.

"Eu não apresento escusas em relação a isso porque eu simplesmente não tive conhecimento. O fato que narrou agora é de tal gravidade, mas confesso que nunca soube desse detalhe. É difícil prestar solidariedade a um colega quando a gente não tem conhecimento do fato", afirmou.

Outros integrantes do TSE se manifestaram após o relato de Estela. O ministro Dias Toffoli ressaltou que desconhecia os ataques e considerou injusta a generalização feita pela colega sobre a falta de solidariedade dos integrantes da Corte. "Só tenho a dizer que eu não adivinho", rebateu. Toffoli também defendeu que os episódios sejam apresentados formalmente ao tribunal.

Emendas de Flávio

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) indicou R$ 79,382 milhões em 14 emendas parlamentares para o Orçamento de 2027. Atualmente, ele está nos Estados Unidos, para onde fugiu após perder a eleição deste ano. Os valores constam no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2027, sob relatoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que será analisado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). A aprovação da proposta depende de votação em sessão conjunta do Congresso, o que deve ocorrer em 17 de dezembro.

De acordo com o recibo de entrega das emendas individuais, do total, seis emendas são voltadas a projetos de saúde; quatro delas são verbas para as Forças Armadas; três para projetos de segurança pública; e uma intitulada "administração da unidade". Nove delas são para localidades do Estado do Rio de Janeiro, berço eleitoral de Flávio. Já as demais têm aplicação nacional. Os recursos podem ser barrados em caso de judicialização, o que já teve precedente.

No ano passado, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu o Poder Executivo de receber ou executar cerca de R$ 80 milhões em emendas parlamentares individuais apresentadas por Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ) no Orçamento de 2026. Na decisão, o magistrado afirmou que os dois estavam fora do país e não exerciam o mandato de maneira regular, o que configurava impedimento técnico e violava princípios constitucionais da legalidade e da moralidade.

Flávio Bolsonaro fugiu para os Estados Unidos em 27 de outubro, dois dias depois de perder as eleições para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ao deixar o Brasil, o senador descumpriu uma ordem judicial que determinava a entrega de passaportes e a proibição de deixar o país.

O ex-presidenciável está sendo investigado em dois inquéritos no STF por suspeita de lavagem de dinheiro em sua relação com o advogado Willer Tomaz e por pedidos de recurso financeiro para Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, para produção do filme Dark Horse. Em 2027, ele ficará sem foro privilegiado pela primeira vez em 24 anos.

